

1 Contexto operacional

A Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS ("Companhia") tem como seu principal objeto social a distribuição de gás natural canalizado em parte do território do Estado de São Paulo (aproximadamente 180 municípios, inclusive a região denominada Grande São Paulo) para consumidores dos setores industrial, residencial, comercial, automotivo, termogeração e cogeração.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, está registrada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo ("B3") e é controlada diretamente pela Cosan S.A., com a participação de 80,12%.

O contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Distribuição de Gás Canalizado foi assinado em 31 de maio de 1999, junto ao poder concedente representado pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP) (antiga Comissão de Serviços Públicos de Energia (CSPE)).

O Contrato outorga e regula a concessão para a exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado com prazo de vigência de 30 anos, podendo ser prorrogado por 20 anos mediante requerimento da concessionária e aprovação subsequente do poder concedente, bem como as regras para os procedimentos de revisão tarifária quinquenal e os indicadores de qualidade e de segurança a serem cumpridos.

A ARSESP é responsável por garantir a execução do contrato e por regular, controlar e monitorar as operações de energia no Estado de São Paulo.

A Portaria ARSESP nº 160/01, que regula as condições gerais de fornecimento de gás canalizado, foi objeto de aperfeiçoamento, mediante processo de Audiência Pública, AP 03/2016, resultando na Deliberação ARSESP 732/2017, buscando modernizar a relação da concessionária com seu mercado em diversos aspectos da prestação de serviços.

Adicionalmente, o contrato de concessão determina que as tarifas praticadas devam ser reajustadas uma vez ao ano, no mês de maio, com o objetivo de realinhar o seu preço ao custo do gás e ajustar a margem de distribuição pela inflação.

Excepcionalmente, a regulação permite reajustar o custo de gás em período inferior a um ano, desde que determinados critérios sejam atingidos, em função da diferença entre o custo de gás contido na tarifa e aquele pago pela concessionária ao seu fornecedor (Deliberação ARSESP 308/2012). Além disso, quinquenalmente, através do processo de Revisão Tarifária, as margens tarifárias são realinhadas ao requerimento de ingressos, autorizados pelo agente regulador, em função de projeções de custos e volumes para o quinquênio vindouro.

2 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) - nos Pronunciamentos e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) - nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela administração em sua gestão.

Estas demonstrações financeiras são preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma e foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 11 de fevereiro de 2019.

3 Políticas contábeis

As políticas contábeis são incluídas nas notas explicativas, exceto aquelas descritas abaixo.

3.1 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$). O real é a moeda funcional uma vez que é a moeda do principal ambiente econômico em que opera, gera e consome caixa.

3.2 Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável. As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- i. Nota 6.8 - Mensurações de valor justo reconhecidas
- ii. Nota 9 - Ativos Intangíveis
- iii. Nota 10 - Compromissos
- iv. Nota 11 - Imposto de renda e contribuição social
- v. Nota 12 - Provisão para demandas judiciais
- vi. Nota 20 - Benefícios pós-emprego
- vii. Nota 21 - Pagamento com base em ações

3.3 Mudanças nas políticas contábeis significativas

I. CPC 48/IFRS 9 Instrumentos Financeiros

A Companhia adotou o CPC 48/ IFRS 9 com a data de aplicação inicial de 1º janeiro de 2018, retrospectivamente, exceto conforme descrito abaixo:

- A Companhia adotou a exceção de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores em relação aos requisitos de classificação e mensuração (incluindo perdas por redução ao valor recuperável). As diferenças nos saldos de ativos e passivos financeiros decorrentes da adoção foram registradas em lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018. Assim, as informações apresentadas para 2017 não refletem os requerimentos da nova regra, mas os requerimentos do CPC 38 / IAS 39;
- Determinadas definições foram feitas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da aplicação inicial: i) determinação do modelo de negócios no qual um ativo financeiro é mantido; ii) a designação e revogação de designações anteriores de certos ativos e passivos financeiros como mensurados ao valor justo por meio do resultado; e
- Todas as designações de relacionamento de *hedge* de acordo com o CPC 38 / IAS 39 existentes em 31 de dezembro de 2017 atendem aos critérios de *hedge* de acordo com o CPC 48 / IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018 e são, portanto, designadas como relações de *hedge* contínuas.

a) Classificação e mensuração

A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo por meio do resultado ou pelo custo amortizado.

Os instrumentos financeiros passivos são mensurados pelo valor justo através do resultado, custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A classificação é baseada em dois critérios: o modelo de negócios da empresa para gerenciar os ativos; e se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos representam apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia reconhece seus ativos financeiros ao custo amortizado para ativos financeiros mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de somente pagamento de principal e juros. Essa categoria inclui contas a receber, caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, recebíveis de partes relacionadas, outros ativos financeiros e dividendos e juros sobre o capital próprio a receber. Nenhuma nova mensuração de ativos financeiros foi realizada.

A avaliação dos modelos de negócios foi realizada a partir da data de aplicação inicial em 1º de janeiro de 2018 e aplicada retrospectivamente às demonstrações financeiras.

b) Impairment

Foi alterada a contabilização para perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, substituindo a abordagem de perda incorrida do CPC 38 / IAS 39 por uma abordagem de perda de crédito esperada para o futuro.

A Companhia reconhece uma provisão para perda esperada de crédito para suas contas a receber. A abordagem padrão simplificada é aplicada e as perdas de crédito esperadas são calculadas para a vida inteira do ativo. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisionamento baseada na experiência histórica de perda de crédito de cada segmento de negócio, ajustada por fatores prospectivos específicos para os devedores e pelo ambiente econômico.

A adoção dos requisitos de perda de crédito esperados da nova norma resultou nos seguintes impactos:

	<u>R\$</u>
Ativos	
Contas a receber de clientes	(9.637)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.277
Patrimônio Líquido	
Retenção de lucros	6.360

c) Hedge accounting

A Companhia aplicou as mudanças de contabilidade de *hedge* prospectivamente. Na data da aplicação inicial, todos os relacionamentos de *hedge* existentes eram elegíveis para serem tratados como relacionamentos de *hedge* contínuos. Consistente com períodos anteriores, a Companhia continuou designando a mudança no valor justo de todo o contrato a termo nos relacionamentos de *hedge* de fluxo de caixa e, como tal, a adoção dos requerimentos de contabilidade de *hedge* da nova norma não teve impacto significativo.

De acordo com o CPC 38 / IAS 39, todos os ganhos e perdas decorrentes dos relacionamentos de *hedge* de fluxo de caixa eram elegíveis para serem posteriormente reclassificados para o resultado. Entretanto, de acordo com o CPC 48 / IFRS 9, os ganhos e as perdas resultantes do *hedge* de fluxo de caixa das compras esperadas de ativos não financeiros precisam ser incorporados aos valores contábeis iniciais dos ativos não financeiros. Portanto, após a adoção do CPC 48 / IFRS 9, o ganho ou a perda do *hedge* de fluxo de caixa líquido foi apresentado em “Outros resultados abrangentes não sendo reclassificado para resultado”. Esta alteração aplica-se apenas prospectivamente a partir da data da aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9 e não tem impacto sobre a apresentação de figuras comparativas.

3.4 Fluxo de caixa

i. Transações que não envolvem caixa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro, a Companhia realizou a seguinte transação que não envolveu o caixa:

- i. Aumento de capital de R\$ 168.828 por meio da utilização da reserva de capital sem utilização de caixa.

ii. Classificação de juros

- i. Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento, pois considera que se referem aos custos de obtenção de recursos financeiros.

4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas e alterações às normas serão efetivas para períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

4.1 CPC 06 (R2) / IFRS 16 Operações de Arrendamento Mercantil

Altera o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos. Exige que os arrendatários registrem todos os arrendamentos no balanço patrimonial com isenções disponíveis para arrendamentos de baixo valor e curto prazo. Durante o ano de 2018, a Companhia concluiu os preparativos para os novos requisitos do CPC 06 (R2) / IFRS 16.

A Companhia arrenda propriedades e equipamentos. Os contratos de aluguel são normalmente feitos por períodos fixos, mas podem ter opções de extensão. Os termos do arrendamento são negociados individualmente e contêm uma ampla variedade de termos e condições diferentes. Os contratos de arrendamento não impõem nenhuma obrigação, mas os ativos arrendados não podem ser usados como garantia para fins de empréstimo.

Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado é disponibilizado para uso pela Companhia. Cada pagamento da locação é alocado entre o passivo e o custo financeiro. O custo financeiro é reconhecido no resultado durante o período do arrendamento, de modo a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O ativo do direito de uso é depreciado durante a vida útil mais curta do ativo e o prazo do arrendamento pelo método linear.

Ativos e passivos decorrentes de arrendamento mercantil são inicialmente mensurados com base no valor presente.

Os pagamentos da locação são descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento, se essa taxa puder ser determinada, ou a taxa de empréstimo incremental da Companhia.

Pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como despesa no resultado.

Impacto aproximado na demonstração da posição financeira em 01º de janeiro de 2019:

	<u>R\$</u>
Ativos	
Ativos de direito de uso	8.801
	<u>8.801</u>
Passivos	
Arrendamento mercantil	8.801
	<u>8.801</u>
Impacto no patrimônio líquido	<u>-</u>

A Companhia aplicará o CPC 06 (R2) / IFRS 16 usando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, a informação comparativa não será atualizada e continuará a ser relatada sob o IAS 17 e IFRIC 4.

5 Informações por segmento

A administração analisa o desempenho financeiro considerando o resultado bruto econômico separadamente por segmento de negócio. A agência reguladora determina as tarifas pelos diversos segmentos de negócio. A Companhia não efetua análises de ativos por segmento para gestão dos negócios. Por fim, a definição de unidade geradora de caixa, representando o menor ativo em uso que gera entradas de caixa, no contexto da Companhia não pode ser segregada por segmento, pois a mesma tubulação distribui gás para consumidores de segmentos diferentes.

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais é responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais.

Dada a natureza esporádica e a baixa representatividade das quantidades retiradas por usuários livres, em volumes acima daqueles contratados, estes volumes são divulgados nas demonstrações financeiras como “Outras receitas”.

A composição da margem por segmento é a seguinte:

Segmentos	Margem por segmento - 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018							Total
	Residencial	Comercial	Industrial	Cogeração	Automotivo	Receita de construção	Outras receitas	
Volumes m³ mil (não auditado)	276.153	156.464	3.557.349	327.399	225.933	-	-	4.543.298
Receita bruta	1.278.477	501.553	5.708.952	379.718	340.967	415.753	69.788	8.695.208
Deduções	(292.404)	(114.484)	(1.297.215)	(63.793)	(78.154)	-	(9.147)	(1.855.197)
Receita líquida	986.073	387.069	4.411.737	315.925	262.813	415.753	60.641	6.840.011
Ativo (passivo) regulatório	26.675	18.454	479.531	32.058	13.067	-	(24.790)	544.995
Custo	(277.504)	(156.388)	(3.542.551)	(277.084)	(228.415)	(415.753)	(4.020)	(4.901.715)
Resultado bruto econômico	735.244	249.135	1.348.717	70.899	47.465	-	31.831	2.483.291
Reversão do ativo (passivo) regulatório								(544.995)
Resultado bruto contábil								1.938.296
Despesas com vendas								(146.400)
Despesas gerais e administrativas								(712.398)
Outras despesas operacionais, líquidas								763.609
Despesas operacionais								(95.189)
Despesas financeiras								(448.034)
Receitas financeiras								482.342
Varição cambial								(93.810)
Derivativos								138.275
Resultado financeiro, líquido								78.773
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social								1.921.880
Imposto de renda e contribuição social								(582.447)
Resultado líquido do exercício								1.339.433
Reconciliação LAJIDA								
Resultado líquido do exercício								1.339.433
Imposto de renda e contribuição social								582.447
Resultado financeiro, líquido								(78.773)
Amortizações								343.157
Outras amortizações								(556)
LAJIDA								2.185.708

Margem por segmento - 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017

Segmentos	Residencial	Comercial	Industrial	Cogeração	Automotivo	Receita de construção	Outras receitas	Total
Volumes m³ mil (não revisado)	258.604	144.007	3.391.307	296.623	200.800	-	1.532	4.292.873
Receita bruta	1.113.764	418.356	4.563.276	278.862	293.240	351.193	78.465	7.097.156
Deduções	(264.041)	(98.307)	(1.068.880)	(49.146)	(69.037)	-	(9.888)	(1.559.299)
Receita líquida	849.723	320.049	3.494.396	229.716	224.203	351.193	68.577	5.537.857
Ativo (passivo) regulatório	18.127	10.304	241.256	13.588	(36.493)		(15.282)	231.500
Custo	(191.227)	(106.044)	(2.488.191)	(182.865)	(147.648)	(351.193)	(25.207)	(3.492.375)
Resultado bruto econômico	<u>676.623</u>	<u>224.309</u>	<u>1.247.461</u>	<u>60.439</u>	<u>40.062</u>	-	28.088	2.276.982
Reversão do ativo (passivo) regulatório								(231.500)
Resultado bruto contábil								<u>2.045.482</u>
Despesas com vendas								(153.611)
Despesas gerais e administrativas								(722.363)
Outras despesas operacionais, líquidas								(26.423)
Despesas operacionais								<u>(902.397)</u>
Despesas financeiras								(502.880)
Receitas financeiras								285.476
Variação cambial								(11.501)
Derivativos								3.365
Resultado financeiro, líquido								<u>(225.540)</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social								<u>917.545</u>
Imposto de renda e contribuição social								<u>(277.424)</u>
Resultado líquido do exercício								<u>640.121</u>
Reconciliação LAJIDA								
Resultado líquido do exercício								640.121
Imposto de renda e contribuição social								277.424
Resultado financeiro, líquido								225.540
Amortizações								375.396
Outras amortizações								(557)
LAJIDA								<u>1.517.924</u>

6 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativos			
Valor justo por meio do resultado			
Aplicações em fundos de investimentos	6.1	190.413	1.346.097
Títulos e valores mobiliários	6.2	1.124.723	509.544
Instrumentos financeiros derivativos	6.8	368.928	458.476
		1.684.064	2.314.117
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	6.1	412.205	381.424
Contas a receber de clientes	6.3	695.147	640.682
Recebíveis de partes relacionadas	6.4	1.158	1.039
		1.108.510	1.023.145
Total		2.792.574	3.337.262
Passivos			
Custo amortizado			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	6.5	(1.987.134)	(2.007.058)
Fornecedores	6.7	(1.012.895)	(1.444.835)
Outros passivos financeiros		(52.868)	(51.403)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	13	(11.551)	(147.235)
Parcelamento de débitos tributários		(7.105)	(7.294)
Pagáveis a partes relacionadas	6.4	(14.994)	(8.370)
		(3.086.547)	(3.666.195)
Valor justo por meio do resultado			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	6.5	(1.664.411)	(2.205.446)
		(1.664.411)	(2.205.446)
Total		(4.750.958)	(5.871.641)

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos ativos financeiros tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia não reconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia também não reconhece um passivo financeiro quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo.

6.1 Caixa e equivalentes de caixa

Prática contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, sendo de alta liquidez, com vencimento de até três meses, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

	31/12/2018	31/12/2017
Bancos conta movimento	39.973	30.618
Aplicações financeiras	562.645	1.696.903
	602.618	1.727.521

As aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

	31/12/2018	31/12/2017
Aplicações em fundos de investimento		
Operações compromissadas	190.413	1.071.636
Certificado de depósitos bancários - CDBs	-	274.461
	190.413	1.346.097
Aplicações em bancos		
Certificado de depósitos bancários - CDBs	372.232	350.806
	372.232	350.806
	562.645	1.696.903

Operações compromissadas referem-se a compras de ativos, com compromisso de recompra a uma taxa previamente estabelecida pelas partes, geralmente com prazo determinado de 90 dias ou menos ou para os quais não há penalidades ou outras restrições para resgate antecipado.

Certificados de Depósitos Bancários – CDBs, são títulos emitidos por instituições financeiras brasileiras com vencimentos originais de 90 dias, ou menos, para os quais não há penalidades ou outras restrições para resgate antecipado.

6.2 Títulos e valores mobiliários

Prática contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado, com vencimento de três até doze meses e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

	31/12/2018	31/12/2017
Títulos e valores mobiliários		
Títulos públicos	1.124.723	509.544
	1.124.723	509.544

Títulos públicos possuem taxa de juros atrelada a SELIC e vencimento entre dois e cinco anos.

6.3 Contas a receber de clientes

Prática contábil:

A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as pelo custo amortizado.

Perdas esperadas sobre contas a receber e ativos contratuais são apresentadas como perdas esperadas dentro do lucro operacional. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas no mesmo item.

	31/12/2018	31/12/2017
Contas de gás a receber	327.570	352.844
Devedores por venda de equipamentos	6.296	9.466
Financiamentos programa de marketing	29.020	29.438
	362.886	391.748
Receita não faturada ⁽ⁱ⁾	430.596	349.026
Outros	6.290	12.551
Perda esperada em créditos de liquidação duvidosa	(104.625)	(112.643)
	695.147	640.682
Circulante	674.992	611.976
Não circulante	20.155	28.706

⁽ⁱ⁾ A receita não faturada refere-se à parte do fornecimento de gás no mês, cuja medição e faturamento ainda não foram efetuados. Nota 15.ii.

O *aging* das contas a receber é o seguinte:

	31/12/2018	31/12/2017
A vencer	195.570	205.372
Vencidas:		
Até 30 dias	24.280	43.018
De 31 a 60 dias	7.808	8.220
De 61 a 90 dias	5.367	5.165
Mais de 90 dias	129.861	129.973
	362.886	391.748

A variação na provisão para créditos de liquidação duvidosa são as seguintes:

Saldo em 1º de janeiro de 2017	(160.159)
Adições/ Reversões	(18.154)
Baixas	65.670
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(112.643)
Adições/ Reversões	(16.215)
Baixas	24.233
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(104.625)

6.4 Partes relacionadas

Prática contábil:

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços normais de mercado. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores e receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

a) Contas a receber e a pagar com partes relacionadas:

	31/12/2018	31/12/2017
Ativo circulante		
Operações comerciais		
Raízen Combustíveis S.A. ⁽ⁱ⁾	1.158	1.039
	1.158	1.039
Passivo circulante		
Operações societárias/ contratuais		
Raízen Energia S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	14.994	8.370
	14.994	8.370

b) Transações com partes relacionadas:

	31/12/2018	31/12/2017
Receita operacional		
Raízen Combustíveis S.A. ⁽ⁱ⁾	14.284	12.015
Elevações Portuárias S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	572	-
	14.856	12.015
Receita (despesa)		
Raízen Energia S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	(39.929)	(42.873)
	(39.929)	(42.873)

(i) **Raízen Combustíveis S.A.**

Fornecimento de gás para postos de combustíveis.

(ii) **Raízen Energia S.A. (RESA)**

Serviços compartilhados executados pela RESA de responsabilidade da Companhia.

(iii) **Elevações Portuárias S.A.**

Fornecimento de gás.

c) Remuneração dos administradores e diretores:

A Companhia possui uma política de remuneração aprovada pelo Conselho de Administração. As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, nos exercícios estão apresentadas a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Benefícios de curto prazo a administradores	32.634	16.595
Benefícios pós-emprego	191	275
Outros benefícios de longo prazo	547	665
Transações com pagamentos baseados em ações	1.030	616
	34.402	18.151

6.5 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Prática contábil:

Inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e subsequentemente ao custo amortizado.

São desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros.

Classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Descrição	Encargos financeiros		31/12/2018	31/12/2017	Vencimento
	Indexador	Taxa anual de juros			
Empréstimos e financiamentos					
BNDES - Projeto VI	TJ462 + 1,80%	9,87%	316.854	485.807	out/2020
BNDES - Projeto VI	SELIC + 1,80%	8,32%	152.562	221.222	out/2020
BNDES - Projeto VI	TJLP	6,59%	-	1.243	out/2018
BNDES - Projeto VII	TJLP + 2,00%	9,06%	107.731	119.330	jun/2023
BNDES - Projeto VII	SELIC + 1,96%	8,49%	63.852	66.794	jun/2023
EIB	USD + 3,88%	3,88%	89.003	127.190	jun/2020
	USD + 2,94%	2,94%	54.508	70.611	set/2020
	USD + LIBOR6M + 0,48%	3,18%	115.581	138.778	mai/2021
	USD + LIBOR6M + 0,55%	3,43%	130.402	149.386	set/2021
Resolução 4131	USD + 2,36%	2,36%	-	249.916	mar/2018
	USD + 2,46%	2,46%	-	165.847	fev/2018
	USD + 3,67%	3,67%	292.173	-	mai/2023
Total dos empréstimos e financiamentos			1.322.666	1.796.124	
Debêntures					
3ª emissão - 1ª série	CDI + 0,90%	7,36%	43.471	87.467	set/2019
3ª emissão - 2ª série	IPCA + 5,10%	9,40%	-	363.894	set/2018
3ª emissão - 3ª série	IPCA + 5,57%	9,47%	203.613	197.923	set/2020
4ª emissão - 1ª série	IPCA + 7,14%	11,09%	305.895	293.312	dez/2020
4ª emissão - 2ª série	IPCA + 7,48%	11,45%	275.014	263.701	dez/2022
4ª emissão - 3ª série	IPCA + 7,36%	11,32%	90.656	86.927	dez/2025
5ª emissão - série única	IPCA + 5,87%	9,78%	767.638	726.826	dez/2023
6ª emissão - série única	IPCA + 4,33%	8,18%	414.583	396.330	out/2024
7ª emissão - série única	IGPM + 6,10%	14,61%	228.009	-	mai/2028
Total das debêntures			2.328.879	2.416.380	
Total			3.651.545	4.212.504	
Circulante			679.735	1.264.352	
Não circulante			2.971.810	2.948.152	

Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	31/12/2018	31/12/2017
13 a 24 meses	542.854	614.424
25 a 36 meses	452.555	783.476
37 a 48 meses	220.142	252.636
49 a 60 meses	1.030.659	198.547
61 a 72 meses	28.215	87.281
73 a 84 meses	446.513	986.099
85 a 96 meses	103.894	25.689
Acima de 96 meses	146.978	-
	2.971.810	2.948.152

Os valores contábeis de empréstimos, financiamentos e debêntures são denominados nas seguintes moedas:

	31/12/2018	31/12/2017
Reais	2.969.878	3.310.776
Dólar ⁽ⁱ⁾	681.667	901.728
	3.651.545	4.212.504

(i) Em 31 de dezembro de 2018, todas as dívidas denominadas em dólares norte-americanos, possuem proteção contra risco cambial através de derivativos (Nota 6.8).

Alguns contratos de financiamento destinados a investimentos são garantidos por fiança bancária, com um custo médio de 0,96% ao ano. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de garantias bancárias contratadas era de R\$ 1.195.048 (R\$ 1.509.889 em 31 de dezembro de 2017).

Abaixo demonstramos a movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures ocorrida para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

Saldo em 1º de janeiro de 2017	4.070.075
Captações	452.599
Pagamentos	(723.088)
Juros, variação cambial e valor justo	412.918
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.212.504
Captações	482.449
Pagamentos	(1.493.842)
Juros, variação cambial e valor justo	450.434
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.651.545

a) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Expansão da rede de distribuição de gás e está alocado a investimentos no ativo intangível, com as seguintes garantias oferecidas:

- Projeto VI - operação direta com o BNDES: garantia bancária dos bancos Bradesco (67,83%), Itaú (14,56%) e Safra (17,61%); e
- Projeto VII - operação direta com o BNDES: garantia bancária dos bancos Santander (39,69%), Safra (26,98%) e Sumitomo (33,33%).

b) EIB

Refere-se a empréstimos denominados em dólares norte-americanos, com juros à taxa LIBOR, com vencimento até 2021 e garantidos por fiança bancária. Os fundos foram utilizados para expandir e apoiar a rede de distribuição de gás natural.

c) Resolução 4.131

Refere-se a recursos captados fora do Brasil com diversas instituições financeiras, com vencimento até 2023, visando financiar o fluxo de caixa da Companhia. Para mitigar o risco cambial e de taxa de juros, instrumentos derivativos foram contratados.

Em 08 de maio de 2018 foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração a assinatura do contrato de financiamento entre a Companhia e The Bank of Nova Scotia. A operação, no valor de US\$ 75.000, tem prazo total de 5 anos e juros pré-fixados de 3,67% ao ano.

d) Debêntures

i. 3ª emissão

Em 15 de setembro de 2013, foram emitidas debêntures referente à 3ª emissão de debêntures simples quirografárias não conversíveis em ações da Companhia. Os recursos foram captados em três séries, totalizando R\$ 540.000.

Os juros da primeira série serão pagos semestralmente nos meses de março e setembro até o final da operação. Os juros da segunda e terceira séries serão pagos anualmente no mês de setembro até o final da transação.

O principal e a atualização monetária da primeira série serão amortizados nos seguintes anos: quarto ano (33,33%), quinto ano (33,33%) e sexto ano (33,34%). O valor do principal e atualização monetária da segunda série será integralmente amortizado ao final da operação que ocorreu em 15 de setembro de 2018.

O valor do principal e atualização monetária da terceira série será amortizado em duas parcelas anuais no sexto (50%) e sétimo (50%) anos, portanto o primeiro pagamento será devido em 15 de setembro de 2019 e o último pagamento será devida em 15 de setembro de 2020.

Em 17 de setembro de 2018, a Companhia realizou pagamento de juros e principal referentes à 3ª emissão de debêntures. As debêntures da 2ª série da 3ª emissão (GASP23) deixaram de ser negociadas em razão de seu vencimento.

Em 31 de dezembro de 2018, os percentuais para o valor justo negociado no mercado secundário para da terceira série eram 102,59% do preço unitário da curva.

ii. 4ª emissão

Em 15 de dezembro de 2015, foram emitidas debêntures referente à 4ª emissão de debêntures simples quirografárias não conversíveis em ações da Companhia. Os recursos foram captados em três séries, totalizando R\$ 591.894.

Os juros da primeira, segunda e terceira séries serão pagos anualmente em dezembro até o final da operação.

O principal e a atualização monetária da primeira série serão integralmente amortizados ao final da operação que ocorrerá em 15 de dezembro de 2020.

O valor do principal e atualização monetária da segunda série será amortizado em duas parcelas anuais no sexto (50%) e no sétimo (50%) anos, portanto o primeiro pagamento será devido em 15 de dezembro de 2021 e o último pagamento será devida em 15 de dezembro de 2022.

O valor do principal e atualização monetária da terceira série será amortizado nos seguintes anos: oitavo ano (33,33%), nono ano (33,335%) e décimo ano (33,335%).

Em 31 de dezembro de 2018, os percentuais de valor justo negociados no mercado secundário eram de 106,55% do preço unitário da curva para a primeira série, 111,14% para a segunda série, e 115,87% para a terceira série.

iii. 5ª emissão

Em 15 de dezembro de 2016, foram emitidas debêntures referente a 5ª emissão de debêntures simples quirografárias não conversíveis em ações da Companhia. Os recursos foram captados em série única, totalizando R\$ 675.000.

Os juros da série única serão pagos anualmente em dezembro até o final da operação.

O valor do principal e atualização monetária da série única será integralmente amortizado ao final da operação que ocorrerá em 15 de dezembro de 2023.

Em 31 de dezembro de 2018, o percentual do valor justo negociado no mercado secundário era de 107,86% do preço unitário da curva.

iv. 6ª emissão

Em 15 de outubro de 2017, foram emitidas debêntures referente a 6ª emissão de debêntures simples quirografárias não conversíveis em ações da Companhia. Os recursos foram captados em série única, totalizando R\$ 400.000.

Os juros da série única serão pagos anualmente no mês de outubro até o final da operação.

O valor do principal e atualização monetária da única série será integralmente amortizado ao final da operação que ocorrerá em 15 de outubro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2018, o percentual do valor justo negociado no mercado secundário era de 100,64% do preço unitário da curva.

v. 7ª emissão

Em 23 de maio de 2018 foram emitidas debêntures referentes a 7ª emissão de debêntures simples quirografárias não conversíveis em ações da Companhia.

Os recursos foram captados em série única, totalizando R\$ 215.000.

As debêntures da 7ª emissão fazem jus a uma remuneração correspondente a 6,10% + IGPM e possui vencimento em 2028.

Em 31 de dezembro de 2018, o percentual do valor justo negociado no mercado secundário era de 100,71% do preço unitário da curva.

Cláusulas restritivas (“Covenants”)

Algumas dívidas determinam a observância de determinados índices financeiros (*financial covenants*) conforme seguem abaixo:

Dívida	Meta	Índice
Debenture 3ª Emissão	Dívida onerosa líquida / LAJIDA não poderá ser superior a 4,00	0,71
Debenture 3ª Emissão	Endividamento de curto prazo / Endividamento total não poderá ser superior a 0,6	0,17
Debenture 4ª Emissão	Dívida onerosa líquida / LAJIDA não poderá ser superior a 4,00	0,71
Debenture 4ª Emissão	Endividamento de curto prazo / Endividamento total não poderá ser superior a 0,6	0,17
Debenture 5ª Emissão	Dívida onerosa líquida / LAJIDA não poderá ser superior a 4,00	0,71
Debenture 6ª Emissão	Dívida onerosa líquida / LAJIDA não poderá ser superior a 4,00	0,71
Debenture 7ª Emissão	Dívida onerosa líquida / LAJIDA não poderá ser superior a 4,00	0,71

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia estava cumprindo todas as cláusulas restritivas financeiras.

	31/12/2018	31/12/2017
Dívida líquida	1.555.276	1.516.963
LAJIDA	2.185.708	1.517.924
(=) Dívida líquida/ LAJIDA	0,71	1,00
	31/12/2018	31/12/2017
Endividamento de curto prazo	564.844	1.053.264
Endividamento total	3.282.617	3.754.028
(=) Endividamento de curto prazo/Endividamento total	0,17	0,28

6.6 Fornecedores

Prática contábil:

As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas dentro de 30 dias do reconhecimento.

	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores de gás/transportes	838.105	1.563.930
Fornecedores de materiais e serviços	174.790	175.881
Depósitos judiciais sobre fornecimento de gás	-	(294.976)
	1.012.895	1.444.835

A Companhia tem contratos de suprimento de gás natural com a Petrobras e a Gás Brasileiro, nas seguintes condições:

- Contrato com a Petrobras na modalidade firme, iniciado em janeiro de 2008, com vigência até dezembro 2021, e com quantidade diária contratual de gás nacional de 4,22 milhões de m³/dia, denominado Firme Nacional.
- Contrato com a Petrobras na modalidade firme, iniciado em junho 1999, com vigência até dezembro de 2021 e quantidade diária contratual de gás boliviano de 8,10 milhões de m³/dia, denominado TCQ.
- Contrato de gás inscrito no Programa Prioritário de Termelétricidade (PPT) com a Petrobras, para abastecimento de 0,3 milhões de m³/dia com a Ingredion Brasil Ingredientes Industriais Ltda, com vigência até 31 de março de 2023.
- Contrato com a Gás Brasileiro na modalidade firme, iniciado em abril 2008, com vigência até 26 de março de 2019 e volume médio mensal contratado de 0,760 milhões de m³ e volume anual contratado de 9,12 milhões de m³.

Os contratos de fornecimento de gás natural, contrato Firme Nacional e TCQ, têm os preços compostos por duas parcelas: uma indexada a uma cesta de óleos combustíveis no mercado internacional e reajustada trimestralmente; e outra reajustada anualmente com base na inflação local. Ambos os contratos são indexados à moeda americana.

Em 14 de novembro de 2018, iniciou-se a vigência de aditivos aos contratos Firme Nacional e TCQ, prorrogando o vencimento de ambos os contratos até dezembro de 2021. Uma das condições previstas em tais aditivos, foi liquidar o valor histórico de R\$ 995.951 (a atualização de R\$ 177.423 foi revertida no resultado financeiro), saldo controverso gerado entre janeiro de 2014 e outubro de 2015 correspondente a diferença de preços entre (i) o preço praticado no Contrato de Fornecimento de Gás TCQ firmado entre Comgás e Petrobrás e (ii) o preço praticado no Contrato de Fornecimento Firme firmado entre Petrobrás e Gás Brasileiro S.A.. Também foi levantado o depósito judicial no montante bruto atualizado de R\$ 396.559 (a atualização de R\$ 101.583 foi contabilizada no resultado financeiro).

Os impactos do encerramento das disputas judiciais relacionadas ao custo de gás com a Petrobrás estão demonstrados: (i) na redução do saldo de fornecedores no balanço patrimonial, (ii) na reversão da atualização financeira e imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado do exercício, e (iii) seus respectivos ajustes na demonstração de fluxo de caixa.

6.7 Derivativos

Prática Contábil:

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo ser designado como um instrumento de *hedge* e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de *hedge*. A Companhia designa certos derivativos como:

- i. *hedges* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo); ou
- ii. *hedge* de um risco particular associado aos fluxos de caixa de ativos e passivos reconhecidos e transações previstas altamente prováveis (*hedge* de fluxo de caixa).

No início do relacionamento de *hedge*, a Companhia documenta a relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos, incluindo mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de *hedge* devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*. A Companhia documenta seu objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização de suas operações de *hedge*.

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos designados nas relações de *hedge* são divulgados abaixo. O justo valor total de um derivado de cobertura é classificado como um ativo ou passivo não corrente quando a maturidade remanescente do item coberto é superior a 12 meses; é classificado como ativo ou passivo circulante quando o vencimento remanescente do item objeto de *hedge* for menor que 12 meses.

• **Derivativos que não se qualificam para contabilidade de *hedge***

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para contabilidade de *hedge*. Mudanças no valor justo de qualquer instrumento derivativo que não se qualifique para contabilização de *hedge* são reconhecidas imediatamente no resultado e estão incluídas em outros ganhos / (perdas).

A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge* quanto em uma base contínua, sobre se os instrumentos de *hedge* devem ser altamente eficazes na compensação das mudanças no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens protegidos atribuíveis. Para o risco coberto, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro de uma faixa de 60% a 140% (80% - 125% até 31 de dezembro de 2017).

A Companhia entra em relações de *hedge* onde os termos críticos do instrumento de *hedge* correspondem exatamente aos termos do item protegido. A Companhia, portanto, realiza uma avaliação qualitativa da eficácia. A ineficácia do *hedge* pode surgir se o momento da transação prevista for diferente do que foi originalmente estimado, ou se houver mudanças no risco de crédito ou na contraparte derivativa. Não houve ineficácia durante 2018 ou 2017.

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os valores justos relacionados a operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos para proteger a exposição ao risco da Companhia estavam utilizando dados observáveis tais como preços cotados em mercados ativos, ou fluxo de caixa descontado baseado em curvas de mercado, e são apresentados abaixo:

	<i>Notional</i> ⁽ⁱ⁾		Valor justo	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Risco de taxa de câmbio e juros				
Contratos de Swap (juros)	843.100	1.146.948	127.375	136.257
Contratos de Swap (juros e câmbio)	461.512	583.791	241.553	322.219
	1.304.612	1.730.739	368.928	458.476
Total de instrumentos contratados pela Companhia no ativo			368.928	458.476
Circulante			114.891	211.088
Não circulante			254.037	247.388

(i) Estes saldos equivalem ao valor de notional em Dólar convertidos em R\$ pela taxa de Dólar do dia da contratação.

Derivativos são usados apenas para fins de *hedge* econômico e não como investimentos especulativos.

Atualmente, a Companhia adota a contabilidade de *hedge* do valor justo para algumas de suas operações, tanto os instrumentos de *hedge* quanto os itens protegidos por *hedge* são contabilizados pelo valor justo por meio do resultado. Os efeitos operacionais e contábeis dessa adoção são os seguintes:

	Dívida	Derivativo	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	(1.208.016)	54.073	(1.153.943)
Pagamento de juros	67.044	57.137	124.181
Valor justo	(162.747)	25.047	(137.700)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(1.303.719)	136.257	(1.167.462)
Amortização de principal	364.491	(41.747)	322.744
Pagamento de juros	71.056	(20.281)	50.775
Valor justo	(114.572)	53.736	(60.836)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(982.744)	127.965	(854.779)

Em maio de 2017, a Companhia designou *hedge accounting* do valor justo para o contrato de debênture - “5ª Emissão de debêntures”. Utilizando operações com derivativos, a Comgás protegeu seu fluxo de caixa futuro, alterando o risco de juros atrelado ao IPCA por percentuais do CDI.

6.8 Mensurações de valor justo reconhecidas

Prática Contábil:

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não pode ser derivado de mercados ativos, seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As entradas para esses modelos são obtidas de mercados observáveis, quando possível, mas quando isso não é viável, um grau de julgamento é necessário para determinar os valores justos. O julgamento é necessário na determinação de dados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nessas variáveis poderiam afetar o valor justo reportado dos instrumentos financeiros.

Técnicas de avaliação específicas usadas para avaliar instrumentos financeiros incluem:

- i. O uso de preços de mercado cotados ou cotações de revendedores para instrumentos similares.
- ii. Para swaps de taxa de juros - o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas de rendimento observáveis;
- iii. Para swaps de moeda estrangeira - valor presente dos fluxos de caixa futuros com base nas taxas de câmbio a termo na data do balanço;
- iv. Para opções em moeda estrangeira - modelos de precificação de opções; e
- v. Para outros instrumentos financeiros - análise do fluxo de caixa descontado.

A Companhia possui uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que tem a responsabilidade geral de supervisionar todas as mensurações significativas do valor justo, e reporta diretamente ao Conselho.

A tesouraria regularmente revisa insumos não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se as informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível no mercado.

Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base nas entradas usadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: as entradas representam preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos.
- Nível 2: as entradas incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado. O valor justo da maioria dos investimentos da empresa em valores mobiliários, contratos de derivativos e títulos.
- Nível 3: inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo como a entrada de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

Todas as estimativas de valor justo resultantes estão incluídas no nível 2.

Os valores contábeis e o valor justo dos ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	Valor contábil		Ativos e passivos mensurados ao valor justo	
			Nível 2	Nível 2
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativos				
Aplicação em fundos de investimento	190.413	1.346.097	190.413	1.346.097
Títulos e valores mobiliários	1.124.723	509.544	1.124.723	509.544
Instrumentos financeiros derivativos	368.928	458.476	368.928	458.476
Total	1.684.064	2.314.117	1.684.064	2.314.117
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.664.411)	(2.205.446)	(1.664.411)	(2.205.446)
Total	(1.664.411)	(2.205.446)	(1.664.411)	(2.205.446)

Para empréstimos, financiamentos e debêntures, os respectivos valores de mercado se aproximam substancialmente dos valores registrados devido ao fato de que esses instrumentos financeiros estão sujeitos a taxas de juros variáveis.

7 Outros tributos a recuperar

	31/12/2018	31/12/2017
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) ⁽ⁱ⁾	154.331	16.174
Imposto sobre circularização de mercadorias e serviços (ICMS) ⁽ⁱⁱ⁾	114.137	67.797
Programa de Integração Social (PIS) ⁽ⁱ⁾	34.648	3.511
Outros	164	725
	303.280	88.207
Circulante	292.204	77.109
Não circulante	11.076	11.098

(i) Em 15 de março de 2017, o STF decidiu, em sede de repercussão geral, pelo provimento do Recurso Extraordinário 574.706 interposto contra decisão que determinava a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. A Companhia reconheceu em 2018 os créditos dos períodos posteriores a março de 2017 decorrentes das contribuições do PIS e da COFINS com base na decisão do STF no montante de R\$ 188.216 nas deduções de receitas e outras receitas. Importante salientar que os créditos de PIS e COFINS compõem o plano de contas do regulador e serão revertidos em favor dos usuários da concessão através de revisão tarifária ou reajuste anual, após o trânsito em julgado, conforme determina a Portaria CSPE nº 399/2006 e legislação de regência. Além dos créditos reconhecidos pela decisão do STF, a Companhia possui ativo contingente no montante aproximado de R\$ 569.000 decorrente da sua ação, ainda não julgada em definitivo, que retroage até julho de 2008.

(ii) Aumento de créditos tributários em decorrência dos novos custos de gás. Vide nota 6.6.

8 Gás pago e não retirado e Transporte não utilizado

Prática contábil:

Reconhecidos pelo custo, classificado como circulante ou não circulante a depender da expectativa de realização e testado para *impairment* anualmente.

	31/12/2018	31/12/2017
Gás pago e não retirado	254.651	-
Transporte não utilizado	-	291.290
	254.651	291.290

Os contratos de suprimento de gás natural têm características específicas, como obrigações de retirada mínima por parte da Companhia.

Caso a Companhia consuma abaixo das obrigações contratuais, deverá efetuar o pagamento das diferenças entre o volume consumido e os volumes mínimos obrigatórios contratados, podendo compensá-los (através do consumo) ao longo do período de vigência do respectivo contrato, desde que o consumo exceda a quantidade mínima contratada.

Em 14 de novembro de 2018, após a vigência dos aditivos aos contratos Firme Nacional e TCQ (Nota 6.6), ocorreu a migração do saldo de transporte para molécula, e a reclassificação para o circulante devido a expectativa de recuperação de todo o volume no prazo de até 365 dias.

9 Ativos Intangíveis

Práticas contábeis:

a) Ativos intangíveis relacionados ao contrato de concessão

A Companhia possui um contrato de concessão pública para um serviço de distribuição de gás no qual o Poder Concedente controla quais serviços serão prestados e o preço, além de deter participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Este contrato de concessão representa o direito de cobrar os usuários pelo fornecimento de gás durante o prazo do contrato. Dessa forma, a Companhia reconhece esse direito como um ativo intangível.

Os ativos adquiridos ou construídos subjacentes à concessão, necessários para a distribuição de gás, são amortizados pelo período no qual se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam revertidos para a Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. Este período reflete a vida útil econômica de cada um dos ativos subjacentes que compõem a concessão. Essa vida útil econômica também é utilizada pelo órgão regulador para determinar a base de mensuração da tarifa para a prestação dos serviços objeto da concessão.

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço ao Poder Concedente e a receita relacionada é reconhecida a valor justo. Os custos de financiamento diretamente relacionados à construção são capitalizados.

A empresa não reconhece margem na construção da infraestrutura.

Os intangíveis em andamento são mensurados ao custo e capitalizados à medida em que estão disponíveis para uso da concessão.

b) Contratos com clientes

Os custos incorridos no desenvolvimento de sistemas de gás para novos clientes (incluindo oleodutos, válvulas e equipamentos em geral) são reconhecidos como ativos intangíveis e amortizados durante o período do contrato.

c) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

d) Amortização

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear, baseado nas vidas úteis estimadas, a partir da data em que estão disponíveis para uso.

A amortização dos ativos intangíveis reflete o padrão esperado para a utilização dos benefícios econômicos futuros pela Companhia, que corresponde à vida útil dos ativos que compõem a infraestrutura.

A amortização dos ativos intangíveis é descontinuada quando o respectivo ativo é utilizado ou baixado integralmente, não sendo mais incluído na base de cálculo da tarifa de prestação dos serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

	Contrato de concessão	Fidelização de clientes	Intangível em andamento	Total
Valor de custo:				
Saldo em 1º de janeiro de 2017	6.276.714	1.100.022	130.839	7.507.575
Adições	-	-	459.847	459.847
Baixas	(182.341)	(11.554)	-	(193.895)
Transferências	347.349	41.809	(389.158)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	6.441.722	1.130.277	201.528	7.773.527
Adições	-	-	529.604	529.604
Baixas	(136.276)	(402.266)	-	(538.542)
Transferências	435.477	49.430	(484.907)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	6.740.923	777.441	246.225	7.764.589
Valor de amortização:				
Saldo em 1º de janeiro de 2017	(2.031.323)	(877.396)	-	(2.908.719)
Adições	(267.914)	(107.482)	-	(375.396)
Baixas	143.331	8.132	-	151.463
Transferências	(256)	256	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(2.156.162)	(976.490)	-	(3.132.652)
Adições	(263.584)	(79.573)	-	(343.157)
Baixas	99.881	400.492	-	500.373
Transferências	(360)	360	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(2.320.225)	(655.211)	-	(2.975.436)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.285.560	153.787	201.528	4.640.875
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.420.698	122.230	246.225	4.789.153

Capitalização de custos de empréstimos

Em 31 de dezembro de 2018 foram capitalizados R\$ 9.917 a uma taxa média de 8,94% a.a. (R\$ 9.799 e 8,43% em 31 de dezembro de 2017).

Redução ao valor recuperável

Os ativos intangíveis de vida útil definida, que estão sujeitos a amortização, são testados para *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, o que não ocorreu para o exercício.

10 Compromissos

O saldo desta conta é considerado como um ativo ou passivo de acordo com o plano de contas regulatório. Não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras aqui apresentadas, pois, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e também IFRS, não são reconhecidos como ativo ou passivo uma vez que a realização ou liquidação do saldo depende de consumo futuro por parte de diferentes consumidores da Companhia.

Ativos regulatórios (passivos):

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Custo de gás a recuperar / (repassar)		504.175	(174.090)
Créditos de tributos a repassar		(252.816)	(46.807)
Saldo		251.359	(220.897)
<i>Efeito no resultado do exercício</i>			
Resultado não reconhecido antes IR/CS		472.256	193.114
Ativo regulatório		672.810	243.722
Passivo regulatório - tributos		(127.815)	(12.222)
		544.995	231.500
Atualização		3.713	(26.119)
Créditos fiscais extemporâneos	17	(76.452)	(12.267)
		472.256	193.114

Compromissos com contratos de fornecimento

Considerando os atuais contratos de fornecimento de gás, a Comgás possui um compromisso financeiro total em um valor presente estimado de R\$ 13.525.873, cujo valor inclui o mínimo estabelecido em contrato tanto em commodities quanto em transporte.

Compromissos com contratos de aluguel

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os futuros pagamentos mínimos de arrendamento operacionais não canceláveis são os seguintes:

Contratos de aluguéis de imóveis e cujas despesas reconhecidas durante o exercício findo nessa data totalizaram R\$ 2.765 (31 de dezembro de 2017 – R\$ 2.847).

Os termos do arrendamento são de um a seis anos, e a maioria dos contratos de arrendamento é renovável ao término do período de arrendamento à taxa de mercado.

Os pagamentos totais mínimos futuros de arrendamento, segundo os arrendamentos operacionais, são:

				31/12/2018	31/12/2017
	Menos de um ano	Entre um e cinco anos	Mais de cinco anos	Total	Total
Arrendamentos operacionais	2.491	8.390	3.496	14.377	16.058
	2.491	8.390	3.496	14.377	16.058

11 Imposto de renda e contribuição social

Prática contábil:

A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo reconhecidos no resultado, exceto em algumas transações que são reconhecidas no patrimônio líquido.

i. Imposto de renda e contribuição social corrente

É o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

ii. Imposto de renda e contribuição social diferido

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

iii. Riscos fiscais

Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.921.880	917.545
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(653.439)	(311.965)
<i>Ajustes para cálculo da taxa efetiva</i>		
Diferenças permanentes (doações, brindes, etc.)	(5.566)	(15.364)
Juros sobre capital próprio	48.144	57.527
Efeito de adesão de parcelamentos tributários	-	(4.438)
Outros ⁽ⁱ⁾	28.414	(3.184)
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(582.447)	(277.424)
Taxa efetiva	30,31%	30,24%

⁽ⁱ⁾ Recálculos de benefícios fiscais de anos anteriores e correção do diferido.

b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido

Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Créditos ativos de:		
Diferenças temporárias	22.576	21.620
Resultado não realizado com derivativos ⁽ⁱⁱ⁾	-	1.513
Provisão para demandas judiciais	38.397	33.863
Ágio na incorporação	-	56.276
Obrigação de benefício pós-emprego ⁽ⁱ⁾	171.469	149.881
Provisões para créditos de liquidação duvidosa e perdas	9.265	7.388
Conta corrente regulatória	59.597	65.318
Transações com pagamento baseado em ações	869	291
Disputas contratuais ⁽ⁱⁱⁱ⁾	-	86.482
Outros	1.095	1.252
Tributos diferidos - Ativos	303.268	423.884
Créditos passivos de:		
Revisão de vida útil de imobilizado e intangível	(284.774)	(312.113)
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos ⁽ⁱⁱ⁾	-	(6.138)
Arrendamento mercantil	(14)	(14)
Intangível-Contrato de concessão	(6.745)	(8.681)
Resultado não realizado com derivativos ⁽ⁱⁱ⁾	(104.613)	-
Outros	(9.548)	(5.786)
Tributos diferidos - Passivos	(405.694)	(332.732)
Total de tributos diferidos registrados	(102.426)	91.152
Diferido ativo	-	91.152
Diferido passivo	(102.426)	-

⁽ⁱ⁾ O crédito relacionado à provisão de plano de benefício pós-emprego tem um período estimado de realização financeira de 25 a 30 anos.

⁽ⁱⁱ⁾ A Companhia optou pelo regime de tributação da variação cambial dos empréstimos e financiamentos por competência para o exercício de 2018, sendo que os impostos diferido apresentados representam o resultado não realizado com derivativos, que continuaram sendo tributados pelo regime de caixa. Anteriormente, eram compensados com as perdas da variação cambial dos empréstimos e financiamentos.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ O encerramento das disputas judiciais relacionadas ao custo de gás com a Petrobrás e consequente liquidação dos valores provisionados resultaram na realização do ativo fiscal diferido. Vide nota 6.6.

c) Movimentação dos impostos diferidos (líquidos)

	<u>Nota</u>	
Saldo em 1º de janeiro de 2017		296.757
Tributos diferidos reconhecidos no resultado do exercício		(213.633)
Outros resultados abrangentes		8.028
Saldo em 31 de dezembro de 2017		91.152
Tributos diferidos reconhecidos no resultado do exercício		(213.493)
Adoção inicial CPC48/ IFRS 9	3.3 b	3.276
Outros resultados abrangentes		16.639
Saldo em 31 de dezembro de 2018		(102.426)

d) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Na avaliação da capacidade de recuperação dos tributos diferidos, a administração considera as projeções do lucro tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias. Quando for mais provável que uma parte ou a totalidade dos tributos não será realizada a provisão é revertida.

12 Provisão para demandas judiciais

Prática contábil:

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

	Demandas judiciais		Depósitos Judiciais	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Tributárias	8.350	16.840	20.998	23.640
Cíveis, ambientais e regulatórias	44.420	30.381	19.528	16.620
Trabalhistas	68.202	60.416	12.359	13.320
	120.972	107.637	52.885	53.580

Movimentação das provisões para processos judiciais:

	Tributárias	Cíveis, ambientais e regulatórias	Trabalhistas	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	15.925	48.277	23.912	88.114
Provisionado no exercício	163	14.803	33.006	47.972
Baixas por reversão / pagamento	(341)	(10.067)	(10.849)	(21.257)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	1.093	(22.632)	14.347	(7.192)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	16.840	30.381	60.416	107.637
Provisionado no exercício	2	4.268	8.184	12.454
Baixas por reversão / pagamento	(3)	(1.792)	(5.619)	(7.414)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	(1.371)	4.445	5.221	8.295
Transferência	(7.118)	7.118	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	8.350	44.420	68.202	120.972

⁽ⁱ⁾ Inclui baixa de juros por reversão.

Perdas possíveis

Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Tributárias	1.165.030	1.009.547
Cíveis, ambientais e regulatórias	90.391	144.241
Trabalhistas	37.840	34.239
	1.293.261	1.188.027

a) Tributárias

As principais demandas judiciais tributárias, cuja probabilidade de perda é possível e, por consequência, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras, estão destacadas abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
IRPJ/CSLL	729.571	696.164
Compensação tributos federais	342.830	223.825
Outros	92.629	89.558
	1.165.030	1.009.547

As contingências tributárias referem-se as autuações fiscais principalmente na esfera Federal avaliadas como perdas possíveis pelos advogados e pela administração e, portanto, sem constituição de provisão.

A Companhia teve ciência da não homologação de compensações de débitos tributários, utilizando créditos decorrentes de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), questionado em esfera administrativa.

Em 2016 a Companhia teve ciência de um auto de infração sobre amortização de despesa de ágio cujo montante possível atualizado é de R\$ 729.571, questionado em esfera administrativa.

b) Trabalhistas

Os processos trabalhistas referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos a diferenças salariais, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, e responsabilidade solidária, dentre outros.

c) Cíveis

Os processos cíveis são advindos do curso normal das atividades da Companhia, envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos de acidentes ocorridos na rede.

13 Patrimônio Líquido

Práticas contábeis:

a) Capital social

Ações ordinárias e preferenciais

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

Dividendos

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social, 25%, são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovado pelos acionistas em assembleia geral.

Os juros sobre o capital próprio são tratados como dividendos e são apresentados como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na demonstração do resultado.

Os dividendos são calculados e pagos de acordo com as demonstrações contábeis preparadas de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil.

Reserva Legal

Objetiva aumentar o capital da sociedade ou absorver prejuízos, mas não pode ser distribuída sob a forma de dividendos. É constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social. Limite atingido em 31/12/2018.

Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro do exercício com base na proposta da administração, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido à Assembleia Geral.

Foi aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de abril de 2018 o aumento do capital social subscrito e integralizado no montante de R\$ 168.828, passando de R\$ 1.481.204 em 31 de março de 2018, para R\$ 1.650.032, mediante a capitalização da reserva especial de ágio.

O capital social está representado por 103.473 ações ordinárias sem valor nominal e totalmente integralizadas e 28.550 ações preferenciais de classe A, e sua composição é a que segue:

Acionistas	Quantidade de ações - milhares em 31/12/2018					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Cosan S.A. Indústria e Comércio	100.789	97,41%	4.984	17,46%	105.773	80,12%
Alaska Poland FIA BDR Nível 1	-	-	6.857	24,02%	6.857	5,19%
Utilico Emerging Markets Trust PLC	-	-	1.544	5,41%	1.544	1,17%
Norges Bank	1	-	1.489	5,22%	1.490	1,13%
Alaska Black Master FIA BDR Nível 1	27	0,03%	1.133	3,97%	1.160	0,88%
Outros	2.656	2,56%	12.543	43,92%	15.199	11,51%
Total	103.473	100,00%	28.550	100,00%	132.023	100,00%

Acionistas	Quantidade de ações - milhares em 31/12/2017					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Cosan S.A. Indústria e Comércio	99.242	97,38%	4.624	16,44%	103.866	79,87%
Alaska Poland FIA BDR Nível 1	-	-	6.467	23,00%	6.467	4,97%
Utilico Emerging Markets Limited	-	-	1.152	4,10%	1.152	0,89%
Norges Bank	1	-	1.096	3,90%	1.097	0,84%
Alaska Black Master FIA BDR Nível 1	27	0,03%	980	3,48%	1.007	0,77%
Outros	2.647	2,59%	13.802	49,08%	16.449	12,66%
Total	101.917	100,00%	28.121	100,00%	130.038	100,00%

A movimentação da quantidade de ações no exercício está apresentada a seguir:

Quantidades de ações	Ordinárias	Preferenciais	Total
Em 31 de dezembro de 2016	99.782	27.531	127.313
Aumento de capital	2.135	590	2.725
Em 31 de dezembro de 2017	101.917	28.121	130.038
Aumento de capital	1.556	429	1.985
Em 31 de dezembro de 2018	103.473	28.550	132.023

b. Lucros acumulados

Em 1º de janeiro de 2017

Resultado líquido do exercício	640.121
Juros sobre capital próprio 2017, imputados como dividendo mínimo obrigatório	(169.197)
Transferência para reserva legal	(32.017)
Realização da reserva de reavaliação	214
Transferência para retenção de lucro	(3.133)
Dividendos	(435.988)

Em 31 de dezembro de 2017

-

Em 1º de janeiro de 2018

Resultado líquido do exercício	1.339.433
Juros sobre capital próprio 2018, imputados como dividendo mínimo obrigatório	(141.599)
Transferência para reserva legal	(62.964)
Realização da reserva de reavaliação	77
Transferência para retenção de lucro	(678.315)
Dividendos	(456.632)

Em 31 de dezembro de 2018

-

c. Juros sobre capital próprio

Em 20 de dezembro de 2017, o Conselho de Administração aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, referente ao exercício de 2017, no valor de R\$ 169.197. O pagamento ocorreu em 05 de janeiro de 2018.

Em 30 de novembro de 2018, o Conselho de Administração aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, referente ao período compreendido em 1º de janeiro de 2018 e 30 de novembro de 2018, no valor de R\$ 131.079, que ocorreu em 18 de dezembro de 2018.

Em 28 de dezembro de 2018, o Conselho de Administração aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, referente ao período compreendido em 1º de dezembro de 2018 e 28 de dezembro de 2018, no valor de R\$ 10.520, para pagamento a partir de 17 de janeiro de 2019.

d. Dividendos

Em 06 de novembro de 2018, foi deliberado e aprovado pagamento de dividendos intercalares no valor de R\$ 456.632 com base nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia de 30 de setembro de 2018. O pagamento ocorreu em 23 de novembro de 2018.

Resultado líquido do exercício	1.339.433
Movimentação de lucros acumulados	77
Lucro disponível para distribuição em 31 de dezembro de 2018	1.339.510
Constituição da reserva legal	(62.964)
Base de cálculo para distribuição dos dividendos	1.276.546
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	319.137
Juros sobre capital próprio bruto	(141.599)
Imposto de renda sobre juros sobre capital próprio	17.712
Juros sobre capital próprio líquido	(123.887)
Dividendos intercalares pagos	(456.632)
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	(580.519)
Total do lucro a destinar em 2018	678.315

e. Destinação do saldo do resultado do exercício

Caberá à próxima Assembleia Geral Ordinária deliberar sobre o valor da retenção de lucros que exceder o capital social conforme estabelecido na Lei nº 6.404, artigo 199, assim como toda destinação do lucro líquido.

f. Reserva especial de ágio

Conforme deliberado pelos acionistas quando da aprovação do “Protocolo e Justificação de Incorporação, referente à incorporação da Provence pela Companhia de Gás de São Paulo – Comgás” na AGE realizada em 19 de dezembro de 2012, o valor do benefício fiscal auferido no exercício de 2018 foi de R\$ 56.276.

14 Lucro por ação

Prática contábil:

a) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se:

- i. O lucro atribuível aos acionistas controladores, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias; e
- ii. Pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada pelos elementos do bônus em ações ordinárias emitidas durante o ano.

b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta:

- i. O efeito depois do imposto sobre o rendimento dos juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras; e
- ii. O número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação (em milhares de reais, exceto os valores por ação):

Resultado básico por ação	31/12/2018	31/12/2017
Numerador		
Resultado do período atribuído aos acionistas controladores	1.339.433	640.121
Ações ordinárias	1.027.557	491.074
Ações preferenciais	311.876	149.047
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	103.473	103.473
Média ponderada de número de ações preferenciais	28.550	28.550
Resultado básico por ação		
Ação ordinária	9,93068	4,74592
Ação preferencial	10,92375	5,22051
Efeito da diluição:		
Numerador		
Resultado do período atribuído aos acionistas controladores	1.339.433	640.121
Ações ordinárias	1.026.141	490.908
Ações preferenciais	313.292	149.213
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	103.473	103.473
Média ponderada de número de ações preferenciais	28.719	28.592
Resultado diluído por ação		
Ação ordinária	9,91700	4,74431
Ação preferencial	10,90869	5,21874

A Companhia possui uma categoria de possível efeito diluidor, que são seus planos de remuneração baseados em ações, nesse caso é feito um cálculo para determinar o efeito da diluição no lucro atribuível aos acionistas da Companhia em razão do exercício das opções de ações.

15 Receitas

Prática contábil:

A Companhia reconhece receitas das seguintes fontes principais:

i. Receita faturada

A receita de distribuição de gás é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, sendo reconhecida no resultado no mesmo período em que os volumes são entregues aos clientes baseado nas medições mensais realizadas.

ii. Receita não faturada

Receita de gás não faturada refere-se à porção de gás fornecida para a qual a medição e o faturamento para os clientes ainda não ocorreram. Este montante é estimado com base no período entre a data da última medição e o último dia do mês.

O volume real faturado pode ser diferente das estimativas. A Companhia acredita que, com base em sua experiência histórica com operações similares, o valor estimado não faturado não diferirá significativamente dos valores reais.

iii. Receita de construção em concessão

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço de construção prestado ao Poder Concedente, e a receita relacionada é reconhecida no resultado na fase de finalização da obra.

Os custos de construção são reconhecidos por referência ao estágio de conclusão da atividade de construção no final do período de relatório, e são incluídos no custo das vendas.

iv. Receita de prestação de serviços

As receitas de serviços são reconhecidas quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão, quando o estágio de conclusão da transação no final do período puder ser determinado e mensurado de forma confiável, bem como quando seu montante e os custos relacionados podem ser mensurados com segurança.

A seguir, é apresentada uma análise da receita da Companhia no ano:

	31/12/2018	31/12/2017
Receita bruta na venda de gás	8.209.667	6.667.498
Receita bruta na venda de serviços	69.788	78.465
Receita de construção	415.753	351.193
Impostos e deduções sobre vendas	(1.855.197)	(1.559.299)
Receita operacional líquida	6.840.011	5.537.857

16 Custos e despesas por natureza

Prática contábil:

Custo das vendas inclui o custo das aquisições de gás e transporte, líquido de impostos.

Custo dos serviços prestados compreende os gastos de pessoal e a amortização de ativos relacionados às prestações de serviços.

As despesas são apresentadas na demonstração do resultado por função. A reconciliação do rendimento por natureza/ finalidade é a seguinte:

	31/12/2018	31/12/2017
Custo do gás	(3.767.874)	(2.530.808)
Custo do transporte e outros	(718.088)	(610.374)
Custo de construção	(415.753)	(351.193)
Despesas com pessoal	(209.462)	(195.529)
Despesas com materiais/ serviços	(306.179)	(305.049)
Amortização	(343.157)	(375.396)
	(5.760.513)	(4.368.349)
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(4.901.715)	(3.492.375)
Despesas de vendas	(146.400)	(153.611)
Despesas gerais e administrativas	(712.398)	(722.363)
	(5.760.513)	(4.368.349)

17 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	31/12/2018	31/12/2017
Créditos fiscais extemporâneos ⁽ⁱ⁾	76.452	12.267
Indenizações ⁽ⁱⁱ⁾	726.000	-
Outros	(38.843)	(38.690)
	763.609	(26.423)

⁽ⁱ⁾ Vide nota 7 que trata da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

⁽ⁱⁱ⁾ Comgás e Petrobras encerraram as ações judiciais propostas pela Comgás não relacionadas ao custo de gás, e como consequência, a Companhia foi indenizada e reconheceu o ganho líquido de tributos de R\$726.000.

18 Resultados financeiros

Prática contábil:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado perda e contraprestação contingente, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais sobre ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou despesa financeira, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda.

Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

	31/12/2018	31/12/2017
Custo da dívida bruta		
Juros sobre dívida	(291.993)	(325.590)
Ajuste a valor justo dívida e derivativo	(3.330)	(33.061)
Variação cambial sobre dívida	(93.780)	(11.501)
Derivativos de câmbio	95.443	11.126
Fianças e garantias sobre dívida	(25.824)	(27.269)
	(319.484)	(386.295)
Rendimento de aplicação financeira	140.964	216.390
	140.964	216.390
Custo da dívida, líquida	(178.520)	(169.905)
Outros encargos e variações monetárias		
PIS e COFINS s/receitas financeiras	(19.209)	(12.637)
Juros sobre outras operações ⁽ⁱ⁾	313.971	40.850
Juros sobre clientes	23.486	23.104
Juros sobre depósitos judiciais	1.278	3.153
Juros sobre operações a pagar	(13.470)	(48.505)
Outras variações monetárias	(24.939)	(49.930)
Juros sobre contingências ⁽ⁱⁱ⁾	(9.465)	4.883
Despesas bancárias	(14.359)	(16.553)
	257.293	(55.635)
Resultado financeiro, líquido	78.773	(225.540)
Reconciliação		
Despesas financeiras	(448.034)	(502.880)
Receitas financeiras	482.342	285.476
Variação cambial	(93.810)	(11.501)
Derivativos ⁽ⁱⁱⁱ⁾	138.275	3.365
Resultado financeiro, líquido	78.773	(225.540)

⁽ⁱ⁾ Como consequência do encerramento das ações judiciais entre a Companhia e Petrobras, foi revertido todo o saldo de atualização financeira das provisões a pagar no montante de R\$ 177.423, bem como houve o reconhecimento da atualização do depósito judicial no valor de R\$ 101.583. Vide nota 6.6.

⁽ⁱⁱ⁾ Durante o período de 2017, houve a reavaliação de um processo cível de provável para remoto com efeito na linha de juros sobre contingências, pela baixa da atualização monetária.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Contempla o resultado de derivativo de câmbio e juros.

19 Gestão de risco financeiro

Prática contábil:

Esta nota explica a exposição da Companhia a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o seu desempenho financeiro futuro. As informações de lucros e perdas do ano atual foram incluídas, quando relevante, para adicionar mais contexto.

O gerenciamento de risco financeiro da Companhia é controlado pela tesouraria sob políticas aprovadas pela administração. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege os riscos financeiros em estreita cooperação com as unidades operacionais da Companhia.

Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de *hedge* é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de *hedge* e o item coberto. Isso resultará efetivamente no reconhecimento da despesa de juros a uma taxa de juros fixa para os empréstimos com taxa de juros flutuante protegidos.

A política da Companhia é manter uma base de capital robusta para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio. A administração monitora que o retorno sobre o capital é adequado para cada um de seus negócios.

A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra essas áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a administração pretende cobrir.

a) Risco de mercado

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para administrar riscos de mercado. Todas essas transações são realizadas dentro das diretrizes estabelecidas pelo comitê de gerenciamento de risco. Geralmente, a Companhia procura aplicar a contabilidade de *hedge* para gerenciar a volatilidade nos lucros ou prejuízos.

i. Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentava a seguinte exposição líquida à variação cambial dos ativos e passivos denominados em Dólar:

	31/12/2018	31/12/2017
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(681.667)	(901.728)
Instrumentos financeiros derivativos	681.667	901.728
Risco cambial líquido	-	-

A sensibilidade do resultado às mudanças nas taxas de câmbio decorre principalmente de instrumentos financeiros denominados em dólares.

O cenário provável foi definido com base nas taxas de mercado de dólares norte-americanos projetados para 31 de dezembro de 2019, que determina o valor justo dos derivativos naquela data. Cenários estressados (efeitos positivos e negativos, antes dos impostos) foram definidos com base em impactos adversos de 25% e de 50% nas taxas de câmbio de dólar norte-americano usados no cenário provável.

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos, levantados em 31 de dezembro de 2018, a Companhia realizou uma análise de sensibilidade com aumento e diminuição das taxas de câmbio (R\$/US\$) de 25% e 50%. O cenário provável considera projeções, realizadas por consultoria especializada, para as taxas de câmbio em 12 meses, como segue:

Instrumento	Fator de risco	Provável	Cenário			
			25%	50%	-25%	-50%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Aumento na taxa de cambio R\$/ US\$	21.955	(164.928)	(329.856)	164.928	329.856
Derivativos de taxa de juros e câmbio	Queda na taxa de cambio R\$/ US\$	(21.955)	164.928	329.856	(164.928)	(329.856)
Impactos de (perda) ou ganhos no exercício		-	-	-	-	-

O cenário provável considera as taxas de câmbio estimadas, realizadas por terceira parte especializada, na data de vencimento das operações para as empresas com moeda funcional Real (positivos e negativos, antes dos efeitos fiscais), da seguinte forma:

	Análise de sensibilidade das taxas de câmbio (R\$/US\$)					
	31/12/2018	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Dólar	3,8748	3,7500	4,6875	5,6250	2,8125	1,8750

ii. Risco da taxa de juros

A Companhia monitora as flutuações nas taxas de juros variáveis relacionadas com seus empréstimos e usam instrumentos derivativos para minimizar os riscos de flutuação das taxas de juros variáveis.

Uma análise de sensibilidade sobre as taxas de juros de empréstimos e financiamentos em compensação dos investimentos do CDI com aumentos e reduções antes dos impostos de 25% e 50% é apresentada abaixo:

	Provável	Cenário			
		25%	50%	-25%	-50%
Caixa e equivalentes de caixa	46.100	11.525	23.050	(11.525)	(23.050)
Títulos e valores mobiliários	86.041	21.510	43.021	(21.510)	(43.021)
Derivativos de taxa de juros	(400)	(66.730)	(129.241)	85.838	179.130
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(169.115)	(35.629)	(71.258)	35.629	71.258
Impactos de (perda) ou ganhos no exercício	(37.374)	(69.324)	(134.428)	88.432	184.317

O cenário provável considera a taxa de juros estimada, feita por uma terceira parte especializada e o Banco Central do Brasil, ou BACEN, como segue:

	Análise de sensibilidade das taxas de juros				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
SELIC	7,65	9,56	11,48	5,74	3,83
CDI	7,65	9,56	11,48	5,74	3,83
TJLP	6,40	8,00	9,60	4,80	3,20
TJLP462	7,40	9,00	10,60	5,80	4,20
IPCA	4,12	5,15	6,18	3,09	2,06
IGPM	4,20	5,25	6,30	3,15	2,10

b) Risco de crédito

As operações regulares da empresa expõem-no a potenciais incumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem cumprir os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	602.618	1.727.521
Títulos e valores mobiliários	1.124.723	509.544
Contas a receber de clientes ⁽ⁱ⁾	695.147	640.682
Instrumentos financeiros derivativos	368.928	458.476
Recebíveis de partes relacionadas	1.158	1.039
	2.792.574	3.337.262

⁽ⁱ⁾ Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possuía uma carteira de aproximadamente 1,905 milhão de clientes, dos segmentos residencial, comercial, industrial, veicular, cogeração e termogeração, não havendo concentração de crédito em grandes consumidores em volume superior a 10% das vendas, diluindo assim o risco de inadimplência.

A Companhia também está exposta a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários, e qualquer interrupção que afete seus intermediários financeiros também poderá afetar adversamente suas operações.

A exposição da Companhia ao risco de recebíveis comerciais (Nota 6.3) é limitada, dado o grande número de clientes. No entanto, a Companhia ainda mantém reservas para potenciais perdas de crédito. O controle de risco avalia a qualidade de crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de risco individuais são definidos com base em classificações internas ou externas, de acordo com os limites estabelecidos pela Administração. A conformidade com os limites de crédito pelos clientes é regularmente monitorada pela auditoria interna.

Os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de “A”. Os investimentos de fundos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites de crédito atribuídos a cada contraparte. Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, portanto, mitigar a perda financeira por meio de falha da contraparte em efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é determinado por instrumentos de classificação amplamente aceitos pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
AAA	1.604.865	86.609
AA	491.404	2.608.932
	<u>2.096.269</u>	<u>2.695.541</u>

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontrará dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia em administrar a liquidez é assegurar, na medida do possível, que tenha liquidez suficiente para cumprir seus passivos quando vencerem, em condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou em arriscar danos à reputação da Empresa.

Os passivos financeiros não derivativos da Companhia classificados por datas de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

					31/12/2018	31/12/2017
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	A mais de 5 anos	Total	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(728.013)	(740.502)	(1.603.885)	(1.810.130)	(4.882.530)	(5.318.184)
Instrumentos financeiros derivativos	65.664	119.407	(8.371)	184.061	360.761	262.466
Fornecedores	(1.012.895)	-	-	-	(1.012.895)	(1.444.835)
Outros passivos financeiros	(52.868)	-	-	-	(52.868)	(51.403)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	(11.551)	-	-	-	(11.551)	(147.235)
Parcelamento de débitos tributários	(687)	(695)	(1.397)	(4.950)	(7.729)	(7.294)
Pagáveis a partes relacionadas	(14.994)	-	-	-	(14.994)	(8.370)
	(1.755.344)	(621.790)	(1.613.653)	(1.631.019)	(5.621.806)	(6.714.855)

20 Benefícios pós-emprego

Prática contábil:

O custo do plano de benefícios pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando avaliações atuariais. Uma avaliação atuarial envolve o uso de várias suposições que podem diferir dos resultados reais no futuro. Estes incluem a determinação da taxa de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de pensão. Uma obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas pela administração em cada data de balanço.

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

Planos de benefício definido

A Companhia oferece os seguintes benefícios pós-emprego:

Assistência à saúde, concedida aos ex-empregados e respectivos dependentes aposentados até 31 de maio de 2000. Após esta data, somente empregados com 20 anos de contribuição ao INSS e 15 anos de trabalho ininterruptos na Companhia em 31 de maio de 2000 têm direito a este plano de benefício definido, desde que, na data de concessão da aposentadoria estejam trabalhando na Companhia.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial em relação aos planos de pós-emprego de benefícios definidos é calculado anualmente por atuários independentes.

A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos dos planos de benefícios pós-emprego representa o valor presente das obrigações menos o valor justo dos ativos, incluindo ganhos e perdas atuariais. Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos em resultado.

Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem.

Os detalhes do valor presente da obrigação de benefício definido e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Obrigação de benefício definido inicial	445.526	401.577
Custo dos serviços correntes	584	586
Juros sobre obrigação atuarial	41.225	42.189
Perdas atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras	13.702	40.044
Perdas/(ganhos) atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	33.636	(16.074)
(Ganhos) atuariais decorrentes de alterações nas premissas demográficas	(447)	-
Benefícios pagos	(26.808)	(22.796)
Obrigação de benefício definido final	507.418	445.526
Valor justo inicial dos ativos do plano	(4.699)	(3.661)
Receitas de juros	(447)	(378)
Retorno dos investimentos no ano (excluída a receita de juros)	2.048	(342)
Contribuições do empregador	(26.808)	(23.114)
Benefícios pagos	26.808	22.796
Valor justo final dos ativos do plano	(3.098)	(4.699)
Passivo líquido de benefício definido	504.320	440.827

A Companhia possui obrigações relacionadas a planos de benefícios pós-emprego, que incluem assistência médica e incentivo a aposentadoria, pagamento de doença e pensão por incapacidade, são reconhecidas de acordo com a Deliberação CVM695.

O plano de pensão de benefício definido é regido pelas leis trabalhistas do Brasil, que exigem que os pagamentos do salário final sejam ajustados para o índice de preços ao consumidor no momento do pagamento durante a aposentadoria. O nível de benefícios fornecidos depende do tempo de serviço e do salário do membro na idade de aposentadoria.

A Companhia mantém com o Bradesco Vida e Previdência S.A., o Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), plano de previdência aberta complementar, estruturado no regime financeiro de capitalização e na modalidade de contribuição variável, aprovado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). O plano é o de renda fixa e tem como objetivo a concessão de benefício de previdência, sob a forma de renda mensal vitalícia.

A despesa total reconhecida no resultado do exercício é como segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Custo dos serviços correntes	584	586
Juros sobre obrigação atuarial	41.225	42.189
Rendimento esperado dos ativos do plano	(447)	(377)
Impacto no resultado do exercício	41.362	42.398

Valor total reconhecido como outros resultados abrangentes acumulados:

	31/12/2018	31/12/2017
Montante total reconhecido como outros resultados abrangentes		
(Perdas) atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras	(13.702)	(40.044)
(Perdas) e ganhos atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(33.636)	16.074
(Perdas) e ganhos atuariais decorrentes ativos maior que a taxa de desconto	(2.048)	342
Ganhos atuariais decorrentes de alterações nas premissas demográficas	447	-
Perdas atuariais líquidas	(48.939)	(23.628)

As principais premissas utilizadas para determinar as obrigações de benefícios da Companhia são as seguintes:

	31/12/2018	31/12/2017
Taxa de desconto	9,30% a.a.	9,52% a.a.
Taxa de inflação	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Crescimento salarial médio	7,12% a.a.	7,12% a.a.
Morbidade (<i>aging factor</i>)	3,00%	3,00%
Inflação médica	7,12% a.a.	7,12% a.a.
Mortalidade geral (segregada por sexo)	AT-2000	AT-2000
Mortalidade de inválidos	IAPB-1957	IAPB-1957
Entrada em invalidez (modificada)	UP-84 Modificada	UP-84 Modificada
Rotatividade	0,60/(tempo de serviço +1)	0,30/(tempo de serviço +1)

O plano de Benefício foi avaliado pela administração em conjunto com os especialistas (atuários) ao final do exercício, objetivando verificar se as taxas de contribuição vêm sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamentos atuais e futuros.

Os efeitos tributários decorrentes desta provisão estão registrados na nota 11.

Análise de sensibilidade

Mudanças na taxa de desconto para a data do balanço em uma das premissas atuariais relevantes, embora mantendo outras premissas, teriam afetado a obrigação de benefício definido conforme demonstrado abaixo:

Taxa de desconto	
Aumento	Redução
0,50%	-0,50%
(31.530)	35.642

Não houve alteração em relação aos anos anteriores nos métodos e premissas utilizados na elaboração da análise de sensibilidade.

21 Pagamento com base em ações

Prática contábil:

Transações liquidadas com ações

O custo de transações liquidadas com ações com executivos é mensurado por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais na data em que são concedidos, e é reconhecido como despesa durante o período de aquisição, que termina na data em que os empregados têm direito ao prêmio. Um crédito correspondente é reconhecido no patrimônio líquido.

O modelo *Black-Scholes* foi utilizado na estimativa do valor justo das opções negociadas sem restrições de aquisição de direitos. O modelo requer o uso de premissas subjetivas, incluindo a volatilidade esperada do preço da ação, a vida esperada da opção de compra de ações ou a concessão de ações e dividendos.

O quadro abaixo apresenta os dados dos programas de pagamento baseados em ações:

Plano de remuneração baseado em ações	Expectativas de exercício (anos)	Opção outorgada
20/04/2017	5	61.300
12/08/2017	5	97.780
01/08/2018	5	96.787
		255.867

Mensuração de valores justos

O valor justo médio ponderado dos programas concedidos durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e as principais premissas utilizadas na aplicação do modelo Black-Scholes foram as seguintes:

	Plano de remuneração baseado em ações	
	31/12/2018	31/12/2017
Média ponderada do valor justo na data da outorga	37,45	36,83
Média ponderada das principais premissas:		
Preço de mercado na data de outorga	59,66	51,03
Taxa de juros	10,56%	11,13%
Dividendos esperados	(7,19)	(4,32)
Volatilidade	32,38%	28,60%

A volatilidade esperada foi estimada considerando a volatilidade histórica do preço da ação da Companhia em período proporcional ao prazo esperado. O prazo esperado dos instrumentos foi baseado na experiência histórica e no comportamento geral do detentor da opção.

Reconciliação de opções de ações em circulação

O movimento no número de prêmios em aberto e seus preços de exercício médios ponderados relacionados são os seguintes:

	Plano de remuneração baseado em ações
Saldo em 1º de janeiro de 2017	-
Outorgado	159.080
Saldo em 31 de dezembro de 2017	159.080
Outorgado	96.787
Saldo em 31 de dezembro de 2018	255.867

Despesa reconhecida no resultado

A despesa de remuneração baseada em ações incluída na demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi a seguinte:

	Plano de remuneração baseado em ações
31/12/2017	856
31/12/2018	1.699

22 Eventos subsequentes

Em 18 de janeiro de 2019, a controladora Cosan S.A. divulgou que, seu Conselho de Administração aprovou a contratação de assessores financeiros e a submissão à B3 S.A. de minuta do edital para realização de uma oferta pública voluntária para aquisição de ações preferenciais classe “A” de emissão da Comgás (CGAS5) pelo preço por ação de R\$ 82,00 (oitenta e dois reais).

Em 31 de janeiro de 2019, o Edital de Oferta Pública para Aquisição de Ações Preferenciais Classe A de emissão da Comgás e o Laudo de Avaliação da Comgás elaborado pelo Citigroup Global Markets Brasil e Corretora de Câmbio Títulos e Valores Mobiliários foram disponibilizados no site da Companhia.